



Apresentação Dossiê: Políticas para a educação básica em territórios das Amazônias: questões para (re) pensar as políticas educacionais

Dossier Presentatio: Policies for Basic Education in Amazon Territories: Issues for (Re)thinking Educational Policies

Presentación del dossier: Políticas para la educación básica en territorios de las Amazonas: cuestiones para (re) pensar las políticas educacionales

Rosana Maria Gemaque Rolim¹
Cacilda Rodrigues Cavalcanti²
André Rodrigues Guimarães³

Citação: ROLIM, Rosana Maria Gemaque; CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues; GUIMARÃES, André Rodrigues. Políticas para a educação básica em territórios das Amazônias: questões para (re) pensar as políticas educacionais. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 19, e102237. Dezembro de 2025.



<http://10.5380/jpe.v19i1.102237>

Resumo: O dossiê aborda as Políticas para a Educação Básica em territórios das Amazônias. Congrega oito estudos sobre políticas educacionais na singularidade das territorialidades geográficas, étnicas e culturais que compõem as Amazônias, caracterizadas como territórios educativos marcados por diversidades, desafios múltiplos e específicos para a formulação, implementação e avaliação dessas políticas, destacando

¹Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Pará. Pós-Doutorado em Educação. Belém, Pará. Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6475-0172>. E-mail: rgemaque@uol.com.br.

²Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Maranhão. Pós-Doutorado em Educação. São Luís, Maranhão. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7222-8061>. E-mail: cacilda.rc@ufma.br.

³Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Amapá. Pós-Doutorado em Educação. Macapá, Amapá. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1153-0771>. E-mail: andre@unifap.br.

as tensões entre a universalidade e a especificidade do direito à educação no Brasil. Assim, as temáticas abordadas têm como principal marcador a diversidade, tanto em seu conteúdo quanto em sua dimensão epistemológica e metodológica, para analisar as condições de oferta da educação básica, o seu financiamento e gestão, o controle social, a formação e remuneração dos docentes e a produção de conhecimento. Os textos adotam múltiplas perspectivas epistemológicas e metodológicas, combinando abordagens qualitativas, quantitativas e mistas (quanti-qualitativas). Utilizam, ainda, variados tipos de pesquisa, incluindo bibliográfica, documental, estatística e etnográfica. Há uma diversidade de dados que indicam as singularidades da oferta de educação na Amazônia brasileira e fornecem referências para a formulação e a implementação de políticas que sejam possibilitadoras da garantia do direito à educação em condições de equidade e qualidade com respeito às diferenças. Em suma, os estudos consideram que os territórios amazônicos ainda são marcados pela negação de direitos que recrudesce as desigualdades, sendo que a resistência passa pelo fortalecimento dos territórios e pela defesa de políticas diferenciadas.

Palavras-chave: Política Educacional; Educação Básica; Amazônias; Territórios; Diversidade.

Abstract: The dossier addresses Policies for Basic Education in the territories of the Amazon. It brings together eight studies on educational policies in the uniqueness of the geographical, ethnic, and cultural territorialities that make up the Amazon, characterized as educational territories marked by diversity, multiple challenges, and specificities in the formulation, implementation, and evaluation of these policies, highlighting the tensions between the universality and specificity of the right to education in Brazil. Thus, the topics covered are primarily marked by diversity, both in their content and in their epistemological and methodological dimensions, to analyze the conditions for providing basic education, its funding and management, social oversight, teacher training and remuneration, and knowledge production. The texts adopt multiple epistemological and methodological perspectives, combining qualitative, quantitative, and mixed (quanti-qualitative) approaches. They also employ various types of research, including bibliographic, documentary, statistical, and ethnographic studies. There is a diversity of data that highlights the unique characteristics of education provision in the Brazilian Amazon and provides references for the formulation and implementation of policies that enable the guarantee of the right to education under conditions of equity and quality, with respect for differences. In summary, the studies consider that Amazonian territories are still marked by the denial of rights, which exacerbates inequalities, and that resistance involves strengthening the territories and advocating for differentiated policies.

Keywords: Educational Policy; Basic Education; Amazons; Territories; Diversity.

Resumen: El dossier aborda las Políticas para la Educación Básica en territorios de las Amazonas. Reúne ocho estudios sobre políticas educativas en la singularidad de las territorialidades geográficas, étnicas y culturales que conforman las Amazonas, caracterizadas como territorios educativos marcados por diversidades, desafíos múltiples y específicos para la formulación, implementación y evaluación de estas políticas, destacando las tensiones entre la universalidad y la especificidad del derecho a la educación en Brasil. Así, las temáticas abordadas tienen como principal marcador la diversidad, tanto en su contenido como en su dimensión epistemológica y metodológica, para analizar las condiciones de oferta de la educación básica, su financiamiento y gestión, el control social, la formación y remuneración de los docentes y la producción de conocimiento. Los textos adoptan múltiples perspectivas epistemológicas y metodológicas, combinando enfoques cualitativos, cuantitativos y mixtos (cuanti-cualitativos). Además, utilizan diversos tipos de investigación, incluyendo bibliográfica, documental, estadística y etnográfica. Existe una diversidad de datos que indican las singularidades de la oferta educativa en la Amazonía brasileña y proporcionan referencias para la formulación e implementación de políticas que permitan garantizar el derecho a la educación en condiciones de equidad y calidad, con respeto a las diferencias. En resumen, los estudios consideran que los territorios amazónicos aún están marcados por la negación de derechos que acentúa las desigualdades, siendo que la resistencia pasa por el fortalecimiento de los territorios y la defensa de políticas diferenciadas.

Palabras clave: Política Educacional; Educación Básica; Amazonas; Territorios; Diversidad.

Introdução

Historicamente, a oferta de educação no Brasil se estruturou de maneira fortemente desigual, a partir de marcadores de classe, raça, etnia, geração e território. Por séculos, vários territórios, como os amazônicos, foram invisibilizados, e o direito à educação foi negado aos grupos sociais que os constituem. Consequentemente, a produção científica sobre a educação nesses territórios também se fez ausente ou pouco presente. Como resultado de lutas sociais pelo direito à educação, aos poucos, os territórios historicamente excluídos foram se tornando presentes nas políticas educacionais e nas investigações na área da educação. Logo, as políticas educacionais nesses territórios e a produção científica que intenciona compreendê-las ou explicá-las são marcadas por suas complexidades e multiplicidade de questões e abordagens teóricas e metodológicas. E esta é a marca deste Dossiê.

O dossiê **“Políticas para a educação básica em territórios das Amazônias: questões para (re)pensar as políticas educacionais”** reúne um conjunto de estudos no campo das políticas educacionais que abordam temas diversos sobre a ação do Estado e da sociedade na garantia do direito à educação nos territórios biossociais das Amazônias. Os artigos foram produzidos por pesquisadores vinculados a universidades públicas, em sua maioria da Amazônia Legal, sendo dois deles escritos em coautoria com pesquisadores estrangeiros.

Em comum, os estudos consideram que os territórios amazônicos ainda são marcados pela negação de direitos e pela ausência de políticas sociais consistentes e capazes de reverter o quadro de desigualdades educacionais. Eles analisam questões que envolvem a efetividade e desafios, como as condições de oferta da educação básica em suas diversas etapas, o financiamento e a gestão da educação, o controle social, a formação e a remuneração dos docentes e a produção de conhecimentos.

Para além da compreensão das realidades investigadas nos estudos, pretende-se fomentar reflexões sobre a necessidade de políticas educacionais que abordem a memória biocultural e o conhecimento dos povos amazônidas. Conforme Malheiro, Michelotti e Porto-Gonçalves (2021), é por meio desses saberes que encontramos florestas plantadas, solos de terra preta, diversas plantas domesticadas e uma infinidade de formas de manejo

e de efetiva sustentabilidade desses territórios. Este é o desafio central para as políticas educacionais nas Amazônias.

Questões importantes para (re)pensar as políticas educacionais em territórios das Amazônias

Compreender os fenômenos educativos situados na territorialidade que os constitui é uma tarefa complexa, que exige o exercício de (re)pensar a educação em uma perspectiva interdisciplinar e crítica. Se a educação, de modo geral, e a escolarização, de modo específico, se estabelecem em territórios determinados, e se compreendemos esses, na perspectiva de Santos (2014), como espaços marcados pela integração dinâmica e complexa das paisagens e das relações sociais (de poder), de resistências e de transformações constantes, parece-nos que a primeira questão relevante para (re)pensar as políticas educacionais diz respeito à necessidade de atenção às singularidades territoriais.

Conforme destaca Marques (2019), historicamente, o processo de apropriação das Amazônias tem gerado conflitos e perpetuado exclusões. Isso se concretiza por meio da intensa atuação do Estado na garantia das condições necessárias ao avanço do controle do capital sobre esses territórios, em um contexto de ausência de políticas sociais comprometidas com a região, seus biomas e seus povos. O sistema capitalista intensifica a marginalização e a precarização das condições educacionais dos amazônidas, que enfrentam a negação de direitos fundamentais e a contínua erosão de suas formas de vida e de identidade.

Outrossim, essa negação se manifesta no âmbito do direito à educação, sobretudo no inadequado financiamento, na precária formação e na ausência de valorização dos profissionais que trabalham em tais territórios. Atualmente, essa negação se insere em um contexto amplo de avanço das políticas neoliberais, que canalizam o fundo público para os interesses do capital rentista, no contexto de financeirização e de valorização econômica (Behring, 2021). Porém, é necessário destacar que esse processo é mais violento nas distintas realidades socioeconômicas e culturais amazônicas, principalmente em desrespeito às suas formas de vida, de trabalho e de luta pela afirmação de seus povos, quase sempre invisibilizados nas políticas educacionais.

As análises e reflexões apresentadas nos oito artigos que compõem este dossiê indicam também que a garantia do direito à educação tem sido pauta central da luta dos povos das Amazônia e que as políticas educacionais nesses territórios específicos são gestadas em meio a tensões e contradições próprias de uma democracia nos marcos do capitalismo, cuja fase tende a se materializar em forma de políticas marcadamente neoliberais.

Dessa forma, essas políticas têm evidenciado processos cada vez mais intensos de privatização e precarização da oferta da educação, que se manifestam na incompletude da educação básica para muitas crianças e jovens, em condições precárias das escolas, no esvaziamento do currículo escolar e na precarização da formação, da remuneração e das condições de trabalho dos profissionais da educação.

A Amazônia é conhecida pela dimensão de sua floresta e pela extensão de seus rios. Mas, como destacam os autores do primeiro artigo deste dossiê, é preciso superar a visão imposta pelo capital em relação a tais territorialidades. Em “Águas nas Amazônia: sujeitos de direitos e territórios educativos – referências para a formulação de políticas educacionais”, Hage, Pereira, McCowan e Gomes destacam que os territórios precisam ser compreendidos também desde e a partir dos modos de vida específicos. Os autores, com reflexões sobre os territórios da vida, destacam que as águas nas Amazônia se constituem em um ecossistema pedagógico, que conecta modos de vida e saberes dos povos da região. Nesse sentido, situam-se os conflitos e os sentidos que envolvem as águas e os seres que com elas vivem nas Amazônia, no contexto das transformações contemporâneas do mundo, a partir de uma leitura que confronta, tensiona e busca se desprender das epistemologias eurocêntricas que reduzem as águas como recurso natural e impedem que as múltiplas vozes das águas sejam ouvidas e tenham os seus direitos à vida e à educação reconhecidos. Dessa forma, os autores advogam pelo reconhecimento das águas como sujeitos de direitos e constitutivas de territórios educativos nas Amazônia. A maneira de tramar os sentidos, as apropriações e os usos das águas nas Amazônia envolve diferentes ontologias políticas e práticas educativas, que podem orientar a formulação de políticas educacionais contextualizadas e territorializadas.

Subsequentemente, a segunda questão que se apresenta para as políticas educacionais nos territórios das Amazônia situa-se no campo das condições da oferta da

educação escolar. A garantia do direito à educação nos impõe o (re)conhecimento dos sujeitos de direito nas condições materiais concretas e na diversidade que desafia a escola. É nessa perspectiva que as autoras e autores dos dois textos que seguem nos auxiliam a refletir sobre as singularidades e as complexidades da oferta da educação nas Amazônias.

Assim, o segundo artigo versa sobre o direito à educação na Amazônia Amapaense, focalizando o campo, as águas e as florestas. No artigo “Direito à educação para as populações do campo, das águas e das florestas na Amazônia Amapaense”, Guimarães, Andrade e Oliveira, ao analisarem tanto a evolução do quantitativo de escolas e de matrículas quanto as taxas de distorção idade-série e de rendimentos escolares, identificam um movimento de retração do atendimento na educação básica amapaense, com índice acima do registrado no Brasil, e desafios para a garantia do atendimento na Educação Infantil e no Ensino Médio. Evidenciam que houve uma ampliação do atendimento educacional na zona rural e nos territórios indígenas e quilombolas, sem assegurar, no entanto, a efetividade do direito à educação aos povos da Amazônia Amapaense, com a persistência de problemas relacionados à insuficiência do atendimento, à distorção idade-série e às taxas de reprovação e de abandono. Os dados permitem concluir que a garantia do direito à educação, pauta central da luta dos povos da Amazônia Amapaense, exige responsabilidade do Estado na manutenção de políticas públicas sociais, associada à defesa desses povos em seus territórios.

Seguindo o debate sobre as condições de oferta, Nogueira, Costa, Oliveira e Barbosa trazem à tona uma questão central da atualidade educacional brasileira: o Ensino Médio e a juventude da classe trabalhadora na singularidade amazônica. No artigo “Ensino Médio na Tríplice Fronteira Amazônica: perspectivas educacionais e laborais de jovens concludentes”, os autores relacionam as expectativas dos jovens às condições socioeconômicas. O estudo foi realizado nas cidades transfronteiriças de Tabatinga (Brasil), de Letícia (Colômbia) e no povoado de Santa Rosa del Yavarí (Peru), e constatou que as garantias do direito à educação estão previstas nos dispositivos legais dos três países. No entanto, ao investigarem as perspectivas educacionais e a intenção de continuidade dos estudos, em nível superior ou técnico, o estudo permite concluir que as relações socioeconômicas interferem dialeticamente nas expectativas dos jovens após a conclusão da educação básica.

A terceira questão que este dossiê traz para (re)pensarmos as políticas educacionais nas Amazônia se refere à carreira e à remuneração docente. Gutierrez, Santos e Costa, com o estudo “Carreira e remuneração de professores na Amazônia legal brasileira: implicações da Nova Gestão Pública (NGP)”, investigam as redes municipais de ensino das capitais dos nove estados que compõem o referido território amazônico, constatando que há diversidade de configurações de carreiras, com extinção de cargos, tendência de incorporação de gratificações aos vencimentos para equiparação ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), desconsiderando-se o nível de formação (professor de nível médio, superior e pós-graduado); e adoção de incentivos financeiros pontuais baseados em resultados educacionais. Desse modo, o estudo confirma a influência de princípios gerenciais na gestão educacional, como a meritocracia e a *accountability*, com importantes implicações para a (des)valorização docente.

A quarta questão se apresenta no âmbito de um tema central para a garantia do direito à educação: o financiamento da educação em condições de qualidade e equidade. Dada essa centralidade, este dossiê apresenta quatro artigos que discutem as especificidades e os desafios das políticas de financiamento nos territórios amazônicos.

O tema do financiamento inicia com a análise de Rolim, Reis e Guimarães, no estudo intitulado “Desafios para o financiamento da educação básica em territórios da Amazônia Paraense”, com discussões que impactam a garantia do direito à educação, sobretudo das populações do campo, das águas e das florestas. O estudo problematiza o financiamento da educação básica, a partir de dados de escolas localizadas nesses espaços de indicadores de *déficit* escolar, de precarização da infraestrutura das escolas e dos gastos por aluno, concluindo que, apesar das lutas permanentes para que a educação se afirme como direito, muito ainda precisa ser feito. Dentre as políticas urgentes e necessárias, impõe-se a de repensar o financiamento da educação, de modo a atender efetivamente às diferenças para combater as desigualdades. Os autores apontam a necessidade de avaliar a capacidade de financiamento dos municípios, de rever o montante e os critérios de distribuição dos recursos suplementares e de avaliar a aplicação local dos recursos. Ademais, advertem que combater efetivamente as desigualdades educacionais e avançar na garantia da educação pública de qualidade nas múltiplas realidades da Amazônia requer a defesa de financiamento adequado, sustentado no direito à igualdade e à diferença.

Estas análises e reflexões também são apresentadas no artigo seguinte, “Fundeb Permanente: primeiras implicações para o magistério público estadual no Acre”, de autoria de Verçosa e Bassi. A análise considera a realidade específica do Estado do Acre, com foco na utilização do mínimo de 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o pagamento da remuneração dos/as profissionais da educação básica. A partir da análise das matrículas, dos recursos destinados ao pagamento da remuneração e do tipo de vínculo empregatício, o estudo conclui que, ao invés do estabelecimento de uma política de valorização da remuneração do magistério público estadual, o Governo do Acre optou pelo pagamento de abono salarial nos primeiros anos e, mesmo com o aumento salarial de 5% (cinco por cento) de forma linear para todos/as os/as servidores/as estaduais, materializou um tensionamento com a categoria da educação no que se refere aos elementos estabelecidos na legislação do plano de carreira e, conseqüentemente, na valorização profissional.

Avançando no estudo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o sétimo artigo aborda um dos efeitos e das contradições do FUNDEB no campo do financiamento da educação infantil: a política de conveniamento. Cavalcanti e Dominguez, no artigo “Privatização e precarização da oferta da educação infantil: análise da política de conveniamento na Amazônia Legal Brasileira”, analisam a política de conveniamento em três capitais da Amazônia Legal - São Luís (MA), Belém (PA) e Manaus (AM). A partir de um conjunto de dados documentais, dados financeiros do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) sobre as transferências de recursos do FUNDEB para instituições educativas sem fins lucrativos e dados do censo escolar, apresentam evidências de que a abertura dada pela Lei nº 11.494/2007, que instituiu o FUNDEB, para a inclusão das matrículas de crianças de até 3 anos em instituições sem fins lucrativos conveniadas com o poder público no cálculo de tais recursos, têm conduzido a um movimento de privatização e precarização da oferta da educação infantil nas três capitais estudadas.

Por conseguinte, o oitavo e último artigo analisa outro tema bastante necessário, mas ainda pouco explorado, que se relaciona ao controle social do financiamento da educação em territórios da Amazônia. Com o artigo “O Conselho de Acompanhamento e

Controle Social do FUNDEF/FUNDEB em Territórios da Amazônia: o que revelam as teses e dissertações”, Cruz e Pereira analisam a produção acadêmica, destacando a atuação, a participação, a representação, a composição, a organização e o funcionamento, bem como os avanços, os limites e as possibilidades dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do FUNDEF/FUNDEB. Os resultados indicaram que os CACS restringem-se a fiscalizar apenas os recursos desses Fundos e que atuam com dificuldades relacionadas ao acesso aos documentos sobre a aplicação dos recursos, à regularidade de reuniões e à frequência dos conselheiros, à formação para o exercício das funções, à falta de condições estruturais e materiais, à presença dos interesses do Poder Público no Colegiado, entre outras. Este conjunto de obstáculos leva a maioria dos CACS analisados a um trabalho burocrático, no qual os problemas afetam a eficácia e a legitimidade dos colegiados dos territórios amazônicos, mas não minimizam a importância dos conselhos, no que concerne à democratização da gestão e à correta aplicação dos recursos do Fundef/Fundeb.

Considerações Finais

A produção científica apresentada neste dossiê evidencia as lacunas na garantia do direito à educação nos territórios das Amazônias. Assim, cumpre também a função de denunciar as exclusões e os silenciamentos presentes nas políticas educacionais de um país diverso e desigual. Ao mesmo tempo, e sobretudo, é a expressão de uma academia, de educadores, de ativistas e de pesquisadores engajados em seu tempo e em seus territórios, atentos ao universal e ao particular, comprometidos com uma ciência politizada e centrada no humano, em suas complexidades e contradições.

Os dados, as análises e as reflexões mobilizadas pelas autoras e pelos autores nos oito artigos que compõem este dossiê indicam que as garantias legais para assegurar o direito à educação a todos e todas são muito importantes, mas insuficientes, caso as políticas educacionais que pensamos e implementamos não estejam atentas às condições concretas que determinam a oferta da educação. As políticas precisam ser (re)pensadas a partir das dinâmicas dos territórios onde as escolas, professores, gestores e estudantes estão situados e inter-relacionados.

Por fim, este dossiê compartilha e entrecruza olhares, métodos e epistemologias para (re)pensar as políticas educacionais, reconhecendo as singularidades culturais, sociais e ambientais dos territórios amazônicos. Ele aponta para a necessidade de políticas que promovam equidade, respeito à diversidade e valorização dos sujeitos históricos desses territórios, em diálogo com saberes locais, com práticas comunitárias e com modos de vida que resistem às pressões do capital e às imposições de um modelo educativo homogêneo. Este dossiê, assim, propõe que repensar políticas educacionais seja também repensar o futuro das Amazônias, de seus povos e de suas águas e florestas, com ciência politizada, compromisso social e sensibilidade humana.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021. 288 p. ISBN 978-65-5555-051-1.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021. 302 p. (Coleção Emergências). ISBN 978-65-990745-0-9.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 296 p. ISBN 978-85-7743-349-0.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado - fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: EdUSP, 2014. 136 p. (Coleção Milton Santos). ISBN 978-85-314-1044-4.